

O **Fundo de Provisão** corresponde ao montante de 3% (três) por cento do valor repassado mensalmente pelo Parceiro Público, para suportar as rescisões trabalhistas e ações judiciais, específicos na relação trabalhista firmada pelas OS's, via CLT, com previsão nas Cláusulas 7.15 e 7.16 de cada Contrato de Gestão celebrado entre a SES/GO e as OS's.

7.15. Do total dos recursos financeiros repassados pelo PARCEIRO PÚBLICO, relativo à folha de pagamento do pessoal contratado sob o regime de CLT, fica o PARCEIRO PRIVADO obrigado a formar um Fundo de provisão, para fins de suportar as rescisões trabalhistas e ações judiciais cujos recursos deverão ser utilizados durante a vigência do Contrato, bem como para pagamentos de ações judiciais que se prolonguem no decurso do tempo, após o término do Contrato.

7.16. O Fundo de provisão a que se refere o item anterior deverá ser formado com depósitos mensais realizados pelo PARCEIRO PRIVADO, no montante de 3% (três por cento) do valor repassado pelo PARCEIRO PÚBLICO, para pagamento do pessoal especificado (CLT), em moeda corrente, mediante aplicação vinculada à conta bancária específica, nos termos do §2º do art. 14 da Lei Estadual nº 15.503/2005.

As OS's são as responsáveis diretas pela formação e gestão do Fundo de Provisão. Todavia, compete à SES/GO a fiscalização da utilização deste Fundo gerido pelas OS's.